

# CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO E OS DESDOBRAMENTOS DE SEU USO AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

João Paulo Meira Marinho<sup>1</sup>

## RESUMO

Na busca pela compreensão do espaço geográfico, nos deparamos com conceitos e definições fundamentais. Um destes conceitos é o de “região”, ou “regione”, forma como o Império Romano utilizava a palavra para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império. Neste trabalho objetiva-se resgatar algumas contribuições de diversos autores e diversas obras focando a “região”, enquanto conceito e elemento de inúmeras discussões práticas e teóricas. Além disso, o propósito é que este texto sirva como referência a quem esteja iniciando uma pesquisa na perspectiva regional, pois são citadas algumas das principais ideias de autores cuja dinâmica de trabalho estão voltadas para o estudo da região e de seus desdobramentos. O recurso metodológico utilizado para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Região. Espaço geográfico. Geografia regional.

## ABSTRACT

In the search for understanding of the geographical area, we are faced with fundamental concepts and definitions. One of these concepts is the “region” or “regional”, how the Romans used the word to designate areas, independent or not, they were subject to Império. This work aims to recover some contributions from several authors and several works focusing on the region, “as a concept and component of many practical and theoretical discussions. Moreover, the idea is that this text serves as a reference for anyone starting a search in the regional perspective, are cited as some of the main ideas of the dynamic author whose work is devoted to the study of the region and its developments. The methodological resource for the elaboration of this work was to search bibliographic and documentary.

**Keywords:** Region. Geographical area. Regional geography.

## Introdução

Considerando-se que a compreensão do espaço geográfico é o principal objetivo do Geógrafo e do estudante de geografia, torna-se fundamental o desenvolvimento de discussões voltadas para o entendimento de noções conceituais que incluem: a paisagem; a região; o espaço; o território; o lugar etc.

Desta maneira, neste trabalho há o resgate de algumas contribuições de diversos autores e diversas obras focando a “região”, enquanto conceito e enquanto elemento de inúmeras discussões práticas e teóricas.

Além disso, o propósito é que este texto sirva como referência a quem esteja iniciando uma pesquisa na perspectiva regional, pois são citadas algumas das principais ideias de autores cuja dinâmica de trabalho estão voltadas para o estudo da região e de seus desdobramentos.

## Perspectivas no desenvolvimento do conceito de região

O conceito de região constitui um aspecto fundamental para a Geografia, situando-se inclusive, no centro da discussão sobre o sujeito e o objeto desta ciência.

Desta forma, buscar compreender a região, enquanto conceito e sobre os desdobramentos decorrentes de seu uso torna-se bastante importante para buscar um melhor entendimento acerca da concepção de espaço geográfico.

Segundo Lencioni (1999) há uma complexidade no estudo da palavra região, pois ela pode assumir sentidos variados. Por vezes, ela se exprime como metáforas, como por exemplo na expressão: “a região que trabalha”, ou ainda com um caráter ideológico, ao servir de referências para a constituição de mistificações geográficas.

Presente no conhecimento elaborado desde a antiguidade, esta palavra destacou-se nos estudos sobre os contrastes da superfície terrestre, que foi denominado pelos gregos, de estudo corográfico.

Para a autora, é no desenvolvimento histórico de uma disciplina que se constrói sua teoria. E por este motivo, em sua obra: “*Região e Geografia*”, Sandra Lencioni faz uma reflexão sobre a constituição e o desenvolvimento da noção de região na história do pensamento geográfico. Para ilustrar uma dessas passagens, destacamos o seguinte trecho:

Encaminhamos a discussão sobre região do ponto de vista histórico da constituição do conhecimento geográfico. Esse ponto de vista nos permitiu revelar como, desde a Antigüidade, podem ser encontradas continuidades na formação de métodos e sistematizações do conhecimento geográfico. (LENCIONI, 2003, p. 204).

Em outra passagem, a mesma autora destaca as diversas escalas que devem ser analisadas ao se estudar e procurar compreender os desdobramentos sobre a região,

A idéia de região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e local. Pensando nesse movimento mediador, procuramos demonstrar que a idéia de região, como parte de uma totalidade, tanto quanto o conhecimento geográfico, estão presentes em todas as sociedades. Isso por que, como já dissemos, viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências. Significa perceber o espaço circundante como ordem próxima e produzir interpretações sobre o mundo como ordem distante. (LENCIONI, 2003, p. 198).

De acordo com Leite (1994) a primeira ligação entre o homem e o espaço que o circundava, ocorreu a partir da troca de suas atividades do tipo nômade, para o tipo sedentário, momento em que ele deixou de ser um mero caçador passando a produzir seu alimento. Este é o contexto, de surgimento da agricultura e pecuária. Foi a partir dessa mudança, que o homem passou a construir o que efetivamente seria chamado de espaço geográfico.

Além disso, gradualmente, a relação do homem com a natureza foi se alterando, tanto no aspecto dos recursos oferecidos, quanto no aspecto das técnicas empregadas para o aproveitamento desses recursos. A partir dessa dinâmica surgiu, como conseqüência, o conceito de diferenciação de áreas e o desenvolvimento dos recursos disponíveis em um determinado lugar. Isso já iniciou um processo de regionalização.

Com relação ao significado da palavra região, a autora acrescenta que,

[...] embora seja difícil estabelecer com precisão o significado da palavra região, é certo que, seja qual for sua definição, está intimamente ligada às formas de produção que vigoram em determinado momento histórico. O processo de diferenciação de áreas, ou regionalização, inicia-se mediante contatos comerciais, migrações e conquistas, e assume ritmos distintos, isto é, de duração e intensidade variadas. Em determinados momentos, a regionalização se dá com maior rapidez e profundidade, fazendo com que a diferenciação de áreas seja muito notável. Em outros momentos, esse processo não ocorre ou é extremamente lento. (LEITE, 1994, p. 14).

Gomes (2007) destaca que a ciência geográfica deve procurar nos diferentes usos do conceito de região, suas diferentes operacionalidades, deixando de lado as controvérsias sobre a “melhor” definição para o conceito, buscando compreender as raízes dos debates mais profundamente vividos pelo pensamento geográfico.

Este autor ainda destaca que, a denominação *região* remonta os tempos do Império Romano, quando a palavra *regione* era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império. Ademais, ele afirma também que outros conceitos de natureza espacial passaram a ser utilizados na mesma época como os conceitos de espaço (*spatium*) e o de província (*provincere*).

A partir de um breve histórico sobre a definição de região, Gomes conclui que este conceito permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e o estatuto da diversidade espacial. Além disso, o debate sobre tal polêmica possibilitou a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia, e no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, etc. E por último, foi na Geografia que as discussões atingiram maior importância, já que região é um conceito-chave desta ciência.

Trata-se, portanto, da análise dos diferentes pareceres, dos mais variados autores, nas diversas correntes (ou escolas) geográficas para se buscar delimitar o objeto de estudo da Geografia.

Para Roberto Lobato Corrêa, em sua obra: *Trajatórias geográficas* (2005), o termo região consolidou-se ao longo da história do desenvolvimento do pensamento geográfico como conceito-chave, ao lado de outros conceitos como: paisagem, espaço, lugar e território.

Para este autor, a partir da institucionalização da Geografia, que ocorreu durante século XIX até aproximadamente 1970, pode-se perceber três acepções para a região.

A primeira, onde se reconhece uma “região natural”. Esta é concebida como uma área da superfície terrestre identificada por uma combinação de elementos naturais como: relevo, clima e vegetação, formando uma específica paisagem natural. Esta percepção foi defendida pelos geógrafos físicos do determinismo ambiental, e esteve presente nos ideais entre os anos de 1870 e 1920, onde buscava compreender as relações homem-natureza.

Na segunda acepção, a região passa a ser vista como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural. É uma ideia essencialmente historicista, ou

seja, onde a história é essencial p/ compreender o processo de construção da região, cujas bases são neokantianas. Aqui, o conceito é de “região-paisagem”, que em alemão é também chamado de *landschaft* e em inglês de *landscape*.

Na França, o principal defensor deste conceito de região é Vidal de la Blache, na Alemanha é Otto Schlüter e nos Estados Unidos Carl Sauer. Todos os três, assumidamente contrários ao determinismo ambiental, defendiam que o papel do geógrafo era o de reconhecer, descrever e explicar, os limites, os elementos constituintes combinados entre si e os processos da formação e evolução da região-paisagem.

Como já citado anteriormente, a região neste momento é vista como resultado de um longo processo de transformação cultural. Surge aqui a percepção de “gênero de vida”, sendo a região reconhecida concretamente pelos seus habitantes que passam a nomeá-la: “a região amazônica”, “a região do sertão”, “a região da caatinga” e assim por diante. Esta aceção se fez presente durante os períodos de 1920 a 1950, num movimento conhecido como possibilismo geográfico.

A partir de 1950, com a chamada revolução teórico-quantitativa, surge a terceira aceção de região entre os geógrafos. Agora não há uma única base empírica, sendo possível identificar várias regiões. Por exemplo: regiões industriais, regiões climáticas, regiões rurais, regiões urbanas, regiões homogêneas, regiões funcionais, etc. As já citadas: região natural e região-paisagem passam a ser apenas uma das inúmeras possibilidades de se recortar o espaço terrestre. A região passa a ser tratada pelos geógrafos lógico-positivistas como uma criação intelectual, pensada a partir de seus propósitos específicos. Corrêa (2005, p. 18) afirma literalmente em sua obra que,

[...] conceitualmente a região é uma classe de área, isto é, um conjunto de unidades de área, como os municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença face a outros conjuntos. Os princípios da taxonomia são adotados e os procedimentos operacionais são os de estatística descritiva, entre eles as medidas de variabilidade, a análise fatorial e a análise de agrupamento.”

O que se percebe neste momento, é uma regionalização totalmente voltada para o planejamento. Este tipo de conceito vai até os anos 70, e o movimento (ou escola) identificado neste período pela ciência geográfica ficou conhecido como: “nova geografia”.

A partir de 1970, o conceito de região passa a ser discutido dentro de uma nova fase da geografia, chamada de “Geografia Crítica”, cujas bases são: o materialismo histórico e dialético. Neste momento, discute-se a pos-

tura empirista que caracterizava as definições vidaliana e da nova geografia. Diversos pesquisadores introduziram novos conceitos visando uma definição de região, agora sob o enfoque da articulação dos modos de produção; através das conexões entre classes sociais e da acumulação capitalista; por meio das relações entre o Estado e a sociedade local, ou então introduzindo a dimensão política.

Em *Região e organização espacial*, também de Roberto Lobato Corrêa (2003), há uma tentativa de inserir o conceito de região, dentro desta abordagem, que objetiva dar conta da diversidade da superfície terrestre sob o ponto de vista da ação-humana ao longo do tempo. Para tanto ele se refere a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* proposto por Trotsky, que é uma das leis da dialética. De acordo com Corrêa (2003, p. 45),

[...] a região pode ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas. Estes dois aspectos vão traduzir-se tanto em uma paisagem como em uma problemática, ambas específicas de cada região, problemática que tem como pano de fundo a natureza específica dos embates que se estabelecem entre as elites regionais e o capital externo à região e dos conflitos entre as diferentes classes que compõe a região. Os conflitos oriundos dos embates entre interesses internos, como entre interesses internos e externos, podem gerar uma desintegração da região que se exprimirá na paisagem.

O mesmo autor, ainda acrescenta:

[...] pode-se dizer que a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos. A região assim definida assemelha-se em vários aspectos à vidaliana, podendo em muitos casos ser idêntica nos seus limites. Conceitualmente, no entanto, não é a mesma região, pois as diferenças vistas são numerosas. Ela não tem nada da preconizada harmonia, não é única no sentido vidaliano ou hartshorniano, mas particular, ou seja, é a especialização de uma totalidade da qual faz parte através de uma articulação que é ao mesmo tempo funcional e espacial. (CORRÊA, 2003, p.45-46).

Aqui convém destacar o pluralismo cultural que este conceito passou a ter, inclusive entre não-geógrafos.

## Conceito de Região e Geografia Regional

Desta discussão sobre o conceito de região, surgiu a denominada “Geografia regional”, que segundo Leonard Guelke (1985), foi com o passar do tempo, deixando de ser considerada como foco essencial da ciência geográfica, sistematizada enquanto disciplina. Isso ocorreu devido ao uso inadequado do método regional. Em seu texto, este autor reafirma ideias já apresentadas anteriormente, e acrescenta propostas para que a geografia regional possa ser avivada.

Adotando uma filosofia com ênfase sobre o homem como um animal racional, os geógrafos estarão em posição para providenciar explicações causais das atividades humanas sobre a Terra, e desta maneira adicionando uma dimensão intelectual até então ignorada ao objeto de estudo. A profundidade histórica necessária pode novamente ser acomodada na Geografia Regional pela reenfatização da Geografia como o estudo da Terra como o mundo do homem e eliminando todas as referências ao espaço nas definições geográficas. (GUELKE *apud* CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 223).

Assim, para Guelke, a geografia regional poderia voltar ao foco central das discussões geográficas.

Como já citado anteriormente, Vidal de La Blache, considerado fundador da geografia “moderna” francesa, merece um destaque por suas percepções intelectuais complexas relacionadas ao conceito regional.

Buscando fundar uma geografia única, ele busca elaborar uma síntese entre natureza e cultura, duas categorias julgadas em sua época como irredutíveis e de difícil conciliação.

De acordo com Silva (2004, p. 133), La Blache não pode ser considerado um descobridor, mas sim “um assimilador do genial dotado de grande rigor e de grande talento literário”. Desta forma, sua maior habilidade estava em saber integrar às suas construções, as ideias de seus antecessores, seus alunos e contemporâneos (geógrafos ou não). A partir daí, seu mérito maior foi saber emprestar às ciências naturais e humanas, elementos de demonstração adaptados às realidades francesas do final do século XIX.

Vidal de La Blache defendia a *conexidade*, afirmando que nenhuma parte da terra trazia nela mesma a sua explicação.

Segundo Silva (2004, p. 137), o ponto de partida da análise geográfica para La Blache, seria o seguinte:

[...] mesmo que a paisagem tenha uma dimensão visível, ela é resultado complexo de uma produção. A paisagem é um produto objetivo e a percepção humana atinge, inicialmente, apenas o seu exterior. Nesse sentido, existiria na paisagem alguma coisa de interior, uma substância, um ser da paisagem que não é possível ver no exterior desta. Ao geógrafo, cabe ultrapassar a superfície, a exterioridade e, assim, compreender a 'essência' da paisagem.

Mas, a paisagem seria um produto de quê?

De acordo com o autor citado, uma possível resposta seria: o produto das interações e combinações entre elementos naturais (relevo, clima, solo, etc.) e realidades humanas (econômicas, sociais e culturais). Vão ser estas interações as promotoras das mudanças visíveis na paisagem.

Assim, Vidal de La Blache elabora seu conceito sobre a região.

A superfície da terra é, com efeito, o *substratum* comum onde os efeitos de diferentes fatores se inscrevem em características plásticas. Existe entre os fenômenos naturais um estreito encadeamento. Mesmo oriundos de causas diferentes, que convém estudar cada uma à parte, eles agem sem cessar uns sobre os outros. Cabe ao Geógrafo trazer à luz os conjuntos originais que são produzidos na superfície do globo pelas combinações plenas de variedades que realizam esses fenômenos. É nesse sentido também que podem existir regiões naturais; a expressão de *Naturgebiet*, que encontramos muitas vezes na obra de Karl Ritter, responde a divisões desse gênero. Elas resultam do conjunto dos fenômenos físicos que se combinam na fisionomia de uma região. As reações recíprocas dos agentes físicos, tanto quanto os fatos de associação e de simbiose que caracterizam o mundo vivo se traduzem em fisionomias expressivas apenas quando elas se manifestam sobre uma determinada extensão. A região é o quadro necessário que responde a esse campo de estudos. A forma regional se impõe, assim, na maior parte dos casos, às pesquisas geográficas. (VIDAL DE LA BLACHE *apud* SILVA, 2004, p. 139).

Este autor reconhece ainda que a observação direta não constitui elemento chave em toda explicação regional, pois uma região não pode ser analisada de forma isolada. Sobre isto, afirma La Blache,

[...] a *característica* de uma região é, assim, uma coisa complexa, que resulta do conjunto de um grande número de traços e da maneira pela qual eles se combinam e se modificam uns aos outros. É necessário ir mais longe e reconhecer que nenhuma parte da Terra traz nela mesma sua explicação. O jogo das condições locais se descobre com alguma clareza apenas quando a observação se eleva para além dessas condições e quando se



pode vislumbrar as analogias, que levam naturalmente à generalidade das leis da terra. O estudo dos Alpes, não é possível sem o das cadeias de dobramentos recentes; o do Saara sem, o dos outros desertos do globo. Com efeito, a Terra é um todo cujas diversas partes se esclarecem mutuamente. Estudar uma região isoladamente como se ela não fizesse parte de um conjunto seria o mesmo que colocar uma viseira sobre os olhos. (VIDAL DE LA BLACHE *apud* SILVA, 2004, p. 141).

Nesse sentido, destaca-se o método geográfico comparativo, uma vez que este ajuda a esclarecer e explicar um determinado fenômeno comparando-o com outros que ocorram em outras partes da terra.

O método da geografia gera um princípio de explicação pelo conjunto em que figuram relações de vizinhanças, de afinidades, de formas, ou de clima. É através das comparações dos casos análogos que a geografia revela seu objeto. Mas ela é também sintética, na medida em que visa compreender e revelar as combinações, as conexidades que unem os diferentes fenômenos (climáticos, econômicos, biológicos) que caracterizam uma região. No entanto, essa sintetização e essa comparação são de ordem particular. Trata-se mesmo da questão da relação da geografia com o seu objeto. (SILVA, 2004, p. 141-142).

Ainda sobre esta questão do método regional, é apontado por Grigg (1974) os nomes de consideráveis críticos como: Hartshorne, Robinson, Gilbert e Whittlesey.

David Grigg (1974, p. 26), em *Regiões, Modelos e Classes*, nos mostra os caminhos pelos quais se desenvolveu o conceito regional em geografia. Segundo ele, a ideia regional, na primeira metade do século XX, se desenvolveu sob três enfoques diferentes: o conceito de *pays*, criado pela escola francesa de geógrafos e descreve sobre um modo de viver bem característico.

Estes *pays* eram na maior parte rurais, não atingidos pela industrialização, ainda pouco afetados pela revolução dos transportes e essencialmente locais. Existiam economias distintas, as quais eram caracterizadas pelos estilos de construção populares, maneiras particulares de explorar fazendas e padrões de povoamento.

Na verdade, este foi um método de análise adequado para as sociedades agrárias localizadas, que teve um sucesso menos marcante com as sociedades industriais modernas.

O segundo enfoque foi o da *região natural*. Neste modelo, o mundo poderia ser dividido em regiões com base principal dos aspectos físicos (ou naturais). O maior representante desta ideia foi A. J. Herbertson, que em

seus trabalhos acentuou a existência de várias divisões no mundo, com base em aspectos únicos, tais como clima e vegetação. Para este autor, o ambiente em que homem vivia era composto de muitos elementos, mas que destes, o clima, a configuração e a vegetação eram os mais importantes. Além disso, ele considerava que a vegetação correspondia intimamente ao clima. Desta feita, seu mapa real das regiões naturais parecia ser simplesmente uma classificação climática.

Porém, era uma classificação de fundamental importância, para o contexto, pois ela,

[...] salientava a relação íntima que existia entre clima e vegetação e acentuava que, embora os elementos separados do ambiente físico possam ser melhor estudados individualmente, homem, animais e plantas experimentam o ambiente total e não os elementos separadamente. Seu trabalho não trata dos processos que unem os elementos separados do ambiente, nem foi seu delineamento regional mais do que um esboço provisório. Mas certamente salientou as possibilidades mais interessantes para outras pesquisas. (GRIGG, 1974, p. 27).

Baseados nestas ideias de Herbertson, geógrafos ingleses produziram uma série de trabalhos onde o conceito de região natural passou a ser modelo a um tipo específico de economia humana.

As *regiões de características únicas*. Neste terceiro enfoque, estão reunidas as concepções de certo número de fitogeógrafos (geógrafos especializados em estudar a distribuição da vegetação pela superfície terrestre), sendo os mais notáveis: Candolle, Grisebach e Schimper, que buscaram classificar e mapear a vegetação. Além disso, também temos os zoogeógrafos (geógrafos especializados em estudar a distribuição dos animais pela superfície da terra), que buscaram estabelecer regiões faunísticas no mundo. Sendo de particular interesse o trabalho de Sclater e Wallace, embora a grande obra de Köppen sobre regiões climáticas estivesse começando a aparecer na ocasião em que Herbertson escreveu.

Segundo Grigg existe uma série de críticas ao conceito e métodos regionais, que não poderíamos deixar de citar neste trabalho. Para ele,

[...] o período entre as duas Guerras Mundiais presenciou um grande crescimento da atenção dedicada à geografia regional, algum progresso das ideias sobre a natureza da região e uma proliferação de estudos regionais. Houve também o crescimento do interesse popular pela ideia com a atenção dedicada ao planejamento regional na URSS e mais tarde nos Estados

Unidos. Mas ao final desse período viu também o início das críticas dentro da geografia, dirigidas tanto à geografia regional enquanto ápice ou coroa de todo o campo de estudos, quanto ao conceito regional como era então interpretado pela maioria dos geógrafos. (GRIGG, 1974, p. 32).

As críticas citadas por este autor, podem ser assim resumidas.

- 1 *A região não é uma entidade ou organismo; segue-se que a superfície da terra não é constituída de um mosaico de regiões cuja delimitação seja a principal tarefa a ser alcançada pelo geógrafo.*
- 2 *Força a credibilidade acreditar que todas as propriedades da superfície da terra que os geógrafos sustentam constituir a totalidade do ambiente devam variar espacialmente com exatidão.* Daí, embora possa haver áreas bastante distintas, para serem chamadas de regiões geográficas, deve haver áreas que não possuam nenhum caráter particular e não possam ser atribuídas a nenhuma região particular. Segue-se daí que (a) pode haver mais áreas intermediárias do que ‘regiões’, (b) se uma região não puder ser limitada com exatidão, existirá realmente?
- 3 *O enfoque ecológico das comunidades humanas é valioso; mas um grande número de geógrafos presumiu que a vida humana é função do ambiente e atribuiu muito pouca importância aos outros fatores.* Em outras palavras, as regiões geográficas ostentam demasiadamente clara a marca do determinismo geográfico.
- 4 *O conceito regional é uma visão estática da vida humana em dois sentidos:*
  - (a) primeiro, um sistema regional tem validade para o momento no qual é criado e para nenhum outro. Há poucas condições para o estudo da mudança através do tempo;
  - (b) segundo, os estudos regionais tenderem a tratar a região definida como uma comunidade isolada do resto do mundo, embora evidentemente nenhuma área ou região do mundo moderno seja independente das outras partes. Destes dois corolários segue-se:
    - (i) deve ser dedicada maior atenção aos movimentos e em particular aos movimentos inter-regionais.
    - (ii) uma região nunca deve ser considerada isoladamente mas como parte de um sistema que é, em última análise, o mundo. (GRIGG, 1974, p. 32).

Respondidas, até certo ponto, no final da década de 1930, estas críticas atenderam ao seu propósito de chamar a atenção da maioria dos geógrafos para o que uma minoria substancial já havia realizado.

Outro autor, que contribuiu de forma bastante dinâmica para as discussões sobre o conceito e os desdobramentos relacionados à região, foi Milton Santos.

Este autor destaca o papel de “*poder*”, que a região assumiu a partir de sua constituição na história do mundo até a metade do século XX. Sobre isto, Milton Santos escreve:

[...] a constituição da região, na Europa como na África, é o resultado de uma lei da produção. O mundo foi lento durante milênios, começa a ficar apressado somente no século XVII para alcançar o desatino da velocidade no fim do século XX. Esta lentidão vai permitir que a construção da identidade regional se faça vagarosamente, com enorme peso do passado na construção do futuro. Por isso, ainda hoje se diz que entender o futuro é impossível se não entendermos o passado. Temos muito pouco a fazer com o passado se queremos compreender o futuro. (SANTOS, 2003, p. 56).

A partir deste contexto, o autor explica que esta construção, onde é identificado, *paisagem e região*, acaba sendo responsável pela mecanização do território. Daí a importância de também se incluir no debate sobre geografia regional, o papel dos territórios para a análise do espaço.

Para Milton Santos (2003, p. 59), no discurso pós-moderno, a região não acabou. Ela se impõe como um dado central da história do presente.

A região deixa de ser a sede do poder, do seu próprio comando, do seu comando total e absoluto, mas não deixa de existir. O desafio é guardar a palavra e redefini-la. Passamos de um mundo onde a região se dava a partir de uma solidariedade orgânica a um mundo onde ela existe a partir de uma solidariedade organizacional.

Além disso, outro ponto destacado pelo autor, é que na atualidade há duas noções centrais que precisam ser levadas em conta ao se estudar região: a *forma* e a *norma*. Para explicar a importância da forma, Santos afirma literalmente que:

[...] quando as grandes empresas subordinam a busca do seu maior lucro possível à escolha do lugar adequado, vemos a relevância que ganha a forma. É o lucro obtido no lugar que define a atividade econômica. Nunca a Geografia foi uma disciplina tão central na posição do poder econômico e político. Nem a Economia nem a Sociologia explicam corretamente o comportamento da sociedade no território, pois a sociedade nacional é uma abstração se não a considerarmos a partir do território. A ação dos homens está sempre ditada pelas características dos lugares, pelas formas que os lugares têm. (SANTOS, 2003, p. 60).

Para completar, como as formas não trabalham sozinhas, há uma grande necessidade do uso das normas. A norma, segundo Milton Santos, é o “[...] catálogo de autorização para fazer ou de proibição de fazer neste mundo da chamada desregulação. Nunca houve tanta regulação, pois a desregulação é, ela própria, um conjunto de normas.” (SANTOS, 2003, p. 61).

Mais uma contribuição para o debate, envolvendo o conceito e o papel da região, é dado por Rogério Haesbaert (1999), que em sua obra, *O território em tempos de globalização*, faz uma redefinição do conceito de região no contexto atual do processo de globalização. Para tanto, ele parte da constatação de que a diversidade territorial do mundo atual é resultado de duas grandes tendências: uma decorrente mais dos processos de diferenciação-singularização e outra dos processos de desigualização. Desta forma, para este autor, a diversidade territorial, enquanto fundamento para a regionalização como processo geral, acontece de duas formas: pela

[...] produção de particularidades, do desigual (diferenças de grau), que vincula os espaços em distintas escalas” e pela “produção de singularidades, do específico (diferenças de natureza), em geral mas não exclusivamente de base local e sem relação obrigatória com realidades geográficas em outras escalas. (HAESBAERT; LIMONAD, 1999, p. 8).

Os dois processos sócio-espaciais contemporâneos que determinam estas manifestações, a partir de um jogo complexo de articulações mútuas na dialética constantemente transformadora da quantidade x qualidade, são o aumento das desigualdades pelo capitalismo global altamente seletivo e excludente e o reafirmar das diferenças por movimentos sociais baseados no resgate ou reconstrução de identidades (religiosas, étnicas, nacionais, etc.).

Em *Territórios alternativos*, Haesbaert expõe algumas afirmações bem didáticas sobre a região:

[...] região não deve ser definida no sentido genérico de ‘divisão’ ou recorte espacial, sem importar escala, como indicam os processos de regionalização; ela deve ser vista como produto de um processo social determinado que, expresso de modo complexo no/pelo espaço, defini-se também pela escala geográfica em que ocorre, podendo ser, assim, um tipo de território. (HAESBAERT, 2006, p. 135).

Além disso, a região também pode ser concebida de forma associada a processos sociais de (re) territorialização. A este respeito, o autor argumenta:

[...] região pode ser uma concepção mais consistente (e útil) quando associada a processos sociais específicos de (re)territorialização, especialmente a dinâmica de formação de regionalismos (políticos) e identidades regionais; esses processos encontram-se intimamente vinculados à desterritorialização promovida via redes técnico-econômicas, à qual acrescentam uma dimensão identitária, não instrumental. (HAESBAERT, 2006, p. 136).

E ainda definindo a região de acordo com a escala geográfica em que ela ocorre, Haesbaert (2006, p. 136) afirma que:

[...] tradicionalmente ela corresponde a uma mesoescala; mesoescala que varia conforme a fase histórica: se antes o Estado-nação era a escala de referência básica frente à qual a região se definia, sua perda (às vezes bastante relativa) de poder e a emergência de novas organizações, supranacionais (como as megaempresas), não faz com que a região desapareça, mas faz com que as relações que a definem mudem de escala. Assim, ao lado de ou imbricadas a regiões 'tradicionais', contínuas, com fronteiras melhor definidas e articuladas frente ao Estado-nação, aparecem 'regiões-rede', ou melhor 'redes regionais', produto principalmente da intensificação das migrações, onde muitos grupos levam consigo a identidade regional e mesmo traços do regionalismo de sua região de origem.

O autor defende, portanto, uma atualização no conceito de região considerando-se o grau de complexidade com que se definem os recortes regionais, influenciados por diversos agentes sociais atuantes em múltiplas escalas, alterando rapidamente os processos de coerência e coesão regional, além dos processos de globalização e fragmentação.

Segundo Lenyra Rique da Silva (2001, p. 31), o espaço geográfico deve ser considerado como algo móvel, resultado dos mais variados processos. Desta maneira, a fim de compreender este conceito, não se pode entender a região como algo estático e factual. "É preciso repensar a região dentro de uma visão processual; sem essa conotação ela não existe."

De acordo com esta autora, podem ser feitos alguns questionamentos para ajudar a compreender o conceito de região sobre este ponto de vista:

O que é o sudeste desenvolvido? São Paulo e Espírito Santo? E a miséria humana que alimenta o capital em São Paulo é diferente daquela do centro do Nordeste brasileiro? Os diversos momentos do capital (industrial, comercial, financeiro) não estão imbricados em todas as regiões? A acumulação capitalista em São Paulo, na sua ausência, difere da acumulação de Pernambuco ou de Santa Catarina, por exemplo? A reprodução ampliada do capital no ABC paulista, só formalmente não

é diferente da de Blumenau ou da Grande Recife? Estado e capital não vêm agindo em consonância em todas as regiões indistintamente? A reprodução da força de trabalho nas áreas mencionadas, e em tantas outras, ocorre de forma diversificada? Qual a força de trabalho que se reproduz de maneira acrescentada? A exploração econômica em todas as partes do Brasil, guarda substancialmente alguma peculiaridade? (SILVA, 2001, p. 31-32).

No texto acima, fica explícito, que para se compreender o que é a região é necessário uma reflexão sobre os conceitos, que são bastante discutíveis.

Nesta concepção, no caso do Brasil, não é possível distinguir as regiões tradicionais brasileiras, que ao longo do tempo sofreram apenas pequenas modificações forçadas por entidades voltadas para o planejamento. Presas a um naturalismo econômico-político muito forte, convém destacar que a paisagem física não basta e as formas em que se desenvolvem as variadas atividades econômicas são pobres para caracterizar e diferenciar a atual classificação regional brasileira. Além disso, há de se considerar que as forças políticas que atuam no interior de cada uma dessas regiões, formam entre si uma verdadeira unidade nacional.

De acordo com Hissa (2002), a região deve ser vista como algo eminentemente cultural, mesmo não deixando de se considerar que há nesses espaços os aspectos naturais. Para tanto, este autor afirma que,

[...] a região é o ambiente da interpenetração de dinâmicas. Considerando que os processos que constituem a dinâmica da natureza não têm seguramente, o mesmo caráter daqueles que mobilizam a dinâmica social, estima-se, em princípio que o espaço físico-biológico, constituído pela dinâmica natural, não possui o mesmo significado do espaço construído pelo trabalho coletivo e pela cultura. No entanto, a evolução da natureza e a história social interpenetram-se. A produção dos homens ocorre sob a forma de produção do espaço. Por sua vez, a natureza apresenta-se quantitativa e qualitativamente, diferenciada. Os processos de produção da diversidade fazem-se a partir de uma dinâmica interna, cuja existência, supõe-se, independe da ação da cultura. Entretanto, as trajetórias podem ser alteradas pelo impacto das sociedades sobre o meio ambiente. A produção dos homens pode, por sua vez (o que é mais uma regra), resultar na produção do espaço desigual. Essa combinação de processos relativos à natureza, à sociedade e às suas relações constrói o espaço regional, ou a região, que a despeito da presença e do apelo dos elementos naturais constitutivos e específicos, fortes e evidentes à percepção sensorial, incorpora o decisivo peso proveniente da cultura e da apropriação dos recursos. (HISSA, 2002, p. 274-275).

Percebe-se claramente na citação acima, a proposta que muitos outros autores também defendem, identificando a região como um fenômeno processual que mantém o espaço em constantes modificações. O dinamismo, entre os variados elementos do espaço é a característica marcante desta forma de se enxergar as diferentes “regiões”.

## Considerações finais

Com base no exposto, percebe-se que discutir região é algo complexo, que exige bastante leitura das obras consideradas clássicas em Geografia e de bastante reflexão para a formulação de novas teorias e ideias.

Ademais, compreender as teorias pensadas ao longo do desenvolvimento da história geográfica pareceu-me fundamental para buscar compreender o que é a região, e de que forma a compreensão deste conceito colabora na construção de uma geografia que se manifesta nas diversas escalas, que hora se contrapõe e hora se complementam: o local e o global.

Este trabalho de maneira alguma encerra a discussão sobre o conceito de região e de seus desdobramentos, mas se apresenta como auxílio para novas pesquisas sobre o assunto.

## Referências

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série: Princípios, 53).
- GUELKE, Leonard. Geografia Regional. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 213-223.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- GRIGG, David. Regiões, Modelos e Classes. In: CHORLEY, Richard J.; HAGGETT, Peter. **Modelos integrados em Geografia**. Tradução: Arnaldo Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 23-66.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Éster. **O território em tempos de globalização**. GEO UERJ. Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1º semestre 1999.



HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: Inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (Humanitas).

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalizações**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1994.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 187-204.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003. (Acadêmica; 25).

SANTOS, Milton. Região: Globalização e Identidade. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Conhecimento e reconhecimento**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 53-64.

SILVA, Aldo Aloísio Dantas da. A idéia de conexão em Vidal de La Blache. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas da.; GALEANO, Alex (Org.). **Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 132-159.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).